



Porto Alegre, 25 de outubro de 2021.

Orientação Técnica IGAM nº 26.873/2021.

I. O Poder Legislativo de Itaqui solicita orientação técnica acerca do Projeto de Lei nº 24, que acresce gratificação natalina e terço constitucional de férias aos subsídios dos Secretários Municipais, do Prefeito e do Vice-Prefeito.

II. Quanto à alteração nos subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito, nota-se prontamente que tal acréscimo é frustrado pelo Princípio da Anterioridade, previsto no art. 11 da Constituição Estadual, que estabelece a fixação da respectiva remuneração, pela Câmara Municipal, em cada legislatura tão somente para a subsequente.

A respeito da alteração prevista no art. 1º, que dispõe sobre os subsídios dos Secretários Municipais, verifica-se que sua fixação não está sujeita ao requisito temporal constante do art. 11 da Constituição Estadual, logo o acréscimo é viável. Nesse sentido vai o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE CASCA. LEI MUNICIPAL Nº 2.171, DE 15.12.2008, QUE FIXA OS SUBSÍDIOS DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE, INSERTO NA REGRA DO ART. 11 DA CE/89. LEI EDITADA APÓS AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS, COM VIGÊNCIA PARA A LEGISLATURA SUBSEQÜENTE. **REQUISITO TEMPORAL ESPECÍFICO QUE NÃO ALCANÇA A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, SENÃO QUE APENAS A DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES.** PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL OU SUBSTANCIAL INOCORRENTE. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70033705013, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Ari Azambuja Ramos, Julgado em 22/03/2010)

Ainda, conforme o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, através do Parecer 3/2012, os Secretários Municipais, salvo previsão constante da Lei Orgânica do





respectivo Município, podem ter o subsídio fixado ou alterado a qualquer tempo, por lei de origem parlamentar:

(...) c) os Secretários Municipais, apesar da condição de agentes políticos, remunerados por subsídio, não estão adstritos ao princípio da anterioridade –a menos que assim o preveja a lei orgânica respectiva –, podendo ter o subsídio fixado ou alterado a qualquer tempo, por dispositivo legal de origem legislativa, observadas as exigências impostas pelas disposições orçamentárias locais e pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

Desta forma, a viabilidade técnica do Projeto de Lei, objeto da presente análise, depende da supressão do seu art. 2º, uma vez que alterações na lei de subsídios para a legislatura atual são possíveis apenas em relação ao Secretários Municipais – caso em que passam a valer desde sua modificação.

III. Diante do exposto, conclui-se que o Projeto de Lei nº 24, em sua configuração atual, não possui viabilidade técnica, sendo necessária a sua adequação conforme os apontamentos do item II.

Frisa-se, todavia, que o pagamento de décimo terceiro subsídio para secretários municipais, mesmo havendo alteração em lei, somente poderá ser feito a partir de 2022, em razão das vedações da Lei Complementar Federal nº 173, que impede a concessão de novas vantagens para agentes políticos até 31 de dezembro de 2021.

Outro detalhe a ser ressaltado é que, por ser despesa nova, não prevista anteriormente em lei, é necessária a sua integração à LDO e à LOA, bem como deve acompanhar o Projeto de Lei, em questão, o impacto orçamentário-financeiro exigido nos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O IGAM permanece à disposição

FERNANDO THEOBALD MACHADO
Advogado, OAB/RS nº 116.710
Consultor Jurídico do IGAM





ANDRÉ LEANDRO BARBI DE SOUZA

Advogado, OAB/RS nº 27.755

Sócio-Diretor do IGAM

Fone: (51) 3211-1527 - Site: www.igam.com.br



WhatsApp da área de Retenções e Obrigações

(51) 983 599 258
